A CLASSIFICAÇÃO DAS PARTES ORATIONIS EM PRISCIANO: REFLEXÕES SOBRE SIGNIFICADO E USO NO INTERIOR DA METALINGUAGEM ANTIGA*

Fábio da Silva FORTES (UNICAMP)**

RESUMO: Em confronto com suas fontes gregas, conclui-se que as formulações gramaticais dos latinos foram resultado de um processo de ressignificações, que tiveram, como consequência, as diferenças conceituais entre o projeto de discussão sobre a linguagem, desenvolvido pelos gregos, e o programa gramatical implementado pelos latinos. Esse fato desafia a afirmação, comumente aceita, de que a contribuição dos latinos foi a transmissão isenta e imparcial dos trabalhos da Grécia antiga. Tentamos mostrar, em breve comparação, que o construto teórico das *partes orationes*, nas *Institutiones grammaticae* de Prisciano (séc. VI), difere-se do modelo alexandrino de Dionísio Trácio (séc. II a.C.).

ABSTRACT: If confronted with their Greek sources, the Latin grammatical formulations can be seen as a result of a re-signifying process, engendering as a consequence the conceptual differences between the project of discussion about language, accomplished by the Greeks, and the grammatical programme implemented by the Latin. This fact challenges the commonly accepted statement that the Latin contribution has been the exempted and impartial transmission of the Ancient Greek works. We try to show through a brief comparison that the theoretical construct of the *partes orationis*, in Priscian's *Institutiones grammaticae* (c. VI), differs from the Alexandrine model by Dyonisus the Thrax (c. II a.C.).

1. Introdução

A linguagem é um labirinto de caminhos. Você entra por um lado e sabe onde está; você chega por outro lado ao mesmo lugar e não sabe onde está.

L. Wittgenstein

Os romanos antigos atribuíam a introdução em Roma dos estudos gramaticais à desastrosa visita do filósofo grego Crates de Malos em 168 a.C. Segundo narra Suetônio (64-140 a.C.), em sua obra *De grammaticis et rhetoribus*, o filósofo estóico teria quebrado a perna em uma missão diplomática, fato que o obrigou a permanecer na *urbs* dando palestras sobre Homero e os poetas gregos. Com isso, situava-se, desde as origens, a ascendência do pensamento filosófico grego sobre as reflexões gramaticais latinas.

Em outras palavras, Law (1993: 12) destaca que “o estudo da gramática entre os romanos exemplifica o esforço e continuidade da influência grega.”¹ Os conceitos básicos de “vocábulo” (*uox*; φωνή) e “partes do discurso” (*partes orationis*; μέρη λόγου), presentes na organização das gramáticas latinas, foram pioneiramente postuladas em trabalhos de origem estóica, e ampliados, no século II a.C., por Dionísio Trácio, na conhecida *Tékhne Grammatiké* (τέχνη γραμματική) e incorporadas, séculos mais tarde, em tratados gramaticais latinos, como o *De lingua Latina* de Varrão (séc. I a.C.), a *Institutio oratoria* de Quintiliano (séc. I d.C.), a *Ars grammatica* de Donato (séc. IV d.C.) e as *Institutiones grammaticae* de Prisciano (séc. VI d.C.), para citar apenas alguns dos mais importantes *grammatici Latini* cujas obras atingiram a posteridade e se tornaram acessíveis na edição de Heinrich Keil, no século XIX.

Nosso objetivo nesse artigo é questionar se, de fato, ao estudarmos essas obras gramaticais no contexto latino, estamos diante de mera transmissão dos postulados teóricos desenvolvidos pelos filósofos e gramáticos gregos. Intentamos conciliar, de um lado, as informações de caráter filológico que nos são disponíveis sobre o texto em questão (Robins, 1967, 1993; Law, 1993) e, de outro, a premissa teórica, mais ou menos consensual na semântica moderna, de que as palavras não apresentam significados a priori, definidos em sua essência, mas estão em constante processo de ressignificação, motivado pelo uso em que são empregadas em sua enunciação (Wittgenstein, 1984). Nesse sentido, elegemos a classificação das *partes*

* Este artigo se beneficia com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – processo: 06/53374-1).

** Mestrando em Linguística. E-mail: fabiosfortes@yahoo.com.br .

¹ As citações de autores em língua estrangeira, salvas indicações bibliográficas, foram traduzidas por nós no corpo do texto.

orationis como ilustrativa desse processo semântico no interior da metalinguagem latina, sem, evidentemente, termos a pretensão de apresentarmos um apanhado exaustivo dessa questão.

2. Metalinguagem latina

À primeira vista, a impressão que fica é mesmo a de uma certa continuidade da formulação grega nas considerações metalingüísticas latinas, fato que, ainda na Antigüidade, era já demonstrado de forma explícita por Dídimos, gramático grego do século I a.C., “mostrando que todas as coisas que os gregos têm em sua *arte*, também têm os latinos”² (Dídimos *apud* Keil I, 1855[1961]) e retomado em obras modernas que traçam um apanhado histórico das disciplinas antigas ligadas à palavra, como encontramos, de forma exemplar, em Robins (1967):

Os resultados práticos e teóricos do pensamento lingüístico grego foram controlados por Roma, e transmitidos por Roma pelas mãos dos gramáticos tardios à Idade Média, para serem recebidos deles, por sua vez, pelo mundo moderno ao longo e depois do Renascimento. (Robins, 1967: 6)

Em outra obra, Robins (1993: 89) destaca que a dependência das reflexões latinas em relação aos modelos gregos pode ser compreendida, de certa forma, pela similaridade tipológica entre as duas línguas, assim como por uma atitude cultural mais ampla de admiração da cultura helênica, mas que não deve ser, entretanto, tomada de forma absoluta, levando em consideração que mesmo sendo os grandes responsáveis pela continuidade da tradição de estudos da linguagem na Antigüidade, os romanos acrescentaram a essa mesma tradição contribuições próprias acerca do latim.

Com efeito, observando de perto as considerações metalingüísticas dos gramáticos latinos, o confronto com suas fontes gregas torna-se inevitável e também a conclusão de que, do ponto de vista semântico, entrou em jogo, nos séculos que separaram as formulações iniciais dos filósofos e gramáticos gregos e as obras gramaticais produzidas no seio da latinidade, um emaranhado de *ressignificações*, que tiveram, como conseqüências principais, as diferenças conceituais que separam o projeto inicial de discussão sobre a linguagem, desenvolvido pelos gregos, e o programa implementado pelos latinos em suas obras. Esse fato desafia a afirmação, comumente aceita, de que a contribuição dos latinos foi a transmissão isenta e imparcial dos trabalhos da Grécia antiga, como se os gramáticos de Roma em nada tivessem alterado as formulações originais.

No prefácio às *Institutiones grammaticae* (*Inst.* I.1), em epístola ao cônsul e patrício Juliano, Prisciano estabelece o objetivo de sua obra: fornecer aos romanos as considerações dos gramáticos gregos, especialmente as de Apolônio Díscolo (séc. II a.C.), a partir de sua obra de referência *Peri Syntaxeōs* (Περὶ Συντάξεως). Por esse motivo, Prisciano é considerado aquele que (re)formulou, entre os gramáticos latinos, conceitos sintáticos que teriam grande influência na discussão lingüística instaurada na Idade Média e em épocas posteriores. Citando Robins, Almeida (2001: 135), afirma que “Prisciano destaca-se entre os gramáticos romanos, como aquele que executou a tarefa de uma forma mais profunda e detalhada, com base no latim dos textos clássicos, de tal forma que a obra funcionou como uma espécie de sustentáculo das teorias lingüísticas de vários séculos e do ensino do latim de hoje em dia”. Baratin (1994: 156) destaca que, em contraste com o modelo donatiano de *ars grammatica*, “no início do século VI, Prisciano renuncia ao próprio título de *Ars* e prefere aquele de *Institutiones grammaticae*, e adota um plano radicalmente novo, que é a origem da tripartição que conhecemos, novamente, como fonética, morfologia, sintaxe.”

Redigida na Antigüidade Tardia, em Constantinopla, no limiar do século VI d.C., as *Institutiones grammaticae* certamente já não encontravam o mesmo público que teria lido a obra de Donato, no século IV, tampouco os aspirantes a oradores que teriam lido a *Institutio oratoria* de Quintiliano, no século I, menos ainda aqueles que teriam lido, no século II a.C., o tratado de Apolônio sobre a sintaxe. No oriente grego, as *Institutiones* destinavam-se a leitores bilíngües, para quem o latim era já a segunda língua, que se tornava cada vez mais importante politicamente. Por isso, a obra foi o resultado de um enorme esforço de sistematização dessa língua e resultou em uma das mais exaustivas gramáticas de referência já escritas em latim, um conjunto vastíssimo, de quase mil páginas, divididas em dezoito livros que se debruçavam sobre a descrição das letras e sílabas (livro I), a morfologia das “partes do discurso” (*partes orationis* – livros II-XVI) e sintaxe (livros XVII e XVIII). Portanto, embora o intuito fosse, inicialmente, o de *reproduzir* o

² Tradução nossa de: *Ostendens omnia, quae habent in arte Graeci, habere etiam Latinos*. (Dídimos *apud* Keil, vol I, 1855[1961]).

trabalho dos gregos, o resultado obtido foi de muito maior abrangência, como se têm referido os estudiosos atuais que investigam a obra de Prisciano.

Consideremos, portanto, que a inserção das *Institutiones* em um panorama intelectual motivado por diferentes preocupações, em relação ao contexto em que Apolônio e os gramáticos gregos registraram suas reflexões, rendeu um projeto gramatical que, embora focalizando categorias equivalentes, não apenas transcendeu os limites iniciais traçados, mas igualmente modificou-lhes alguns conceitos, dando novos significados a velhos termos.

3. Reflexões sobre significação e uso

Na *Epistola ad Pisones*, Horácio, teorizando sobre poética, afirma que: “Como, à veloz passagem dos anos, os bosques mudam de folhas, que as antigas vão caindo, assim perece a geração velha de palavras e, tal como a juventude, floream, viçosas, as nascidas (...)”.³ Retomando essa metáfora, não somente as palavras nascem substituindo a geração velha, assim também ocorre com seus significados, que se modificam com o tempo: novos matizes de sentido substituem os antigos.

Essa noção pode encontrar suas raízes na obra de Quine, filósofo e ensaísta americano, professor emérito em Harvard, que é reconhecido como o “filósofo iconoclasta” que fez ruir o edifício da lógica moderna, ao romper com a dicotomia básica de *verdade analítica* e *verdade sintética*, introduzida por Kant.

A tese da *analiticidade*, incorporada, em certa medida, por filósofos logicistas como Frege e o primeiro Wittgenstein⁴, postulava a existência de um sentido essencial, encerrado no interior das formas lógicas, ou das proposições analíticas; em outras palavras, “o critério-chave para a analiticidade tinha se tornado a idéia de que uma sentença era verdadeira em virtude de seu significado” (Rajagopalan, 2004: 889). Sobre a hipótese do significado inerente às proposições lógicas analíticas, construía-se “o monumental esforço para montar o quadro exaustivo e definitivo dos principais elementos da representação” (Armengaud, 2006: 22).

Para Quine (1960), entretanto, a oposição entre analítico e sintético era uma noção inadequada, devido à impossibilidade de se sustentar a existência de significado em sentenças isoladas, o que igualmente desautorizava outros conceitos, como o de *sinonímia* e mesmo o de *tradução*. O significado não mais poderia ser visto de forma essencialista, no interior dos limites de uma proposição analítica, mas seria resultante de um esforço de significação levado a termo pelo falante nas circunstâncias nas quais ele se encontrasse. Em outras palavras, elementos extralingüísticos, situados no exterior dos enunciados, tornavam-se peças importantes para a atribuição de significados.

Embora Wittgenstein mantivesse a linguagem em sua função representativa no *Tractatus logico-philosophicus* (1921), admitindo, por exemplo, a existência de enunciados suscetíveis de serem analisados em termos de suas condições de veracidade – suscetíveis, portanto, de encerrarem em si mesmos o significado –, em suas *Investigações filosóficas* (1953), o filósofo austríaco reviu sua teoria à luz do caráter central que conferia, então, à noção de *uso*, ligado a situações concretas, nas quais se poderiam produzir os significados. “*Sprachspiel*”, ou “jogo de palavras”, é a expressão que Wittgenstein consagrava, então, ao se referir às condições concretas em que os significados emergiriam nos enunciados: “Qual a relação entre o nome e o designado? – Ora, o que ela é? Veja o jogo de linguagem (2) ou um outro! Ver-se-á aí no que essa relação pode consistir.” (Wittgenstein, 1984: 25).

Nesse sentido, a introdução do conceito de *uso*, em Wittgenstein, e a ruptura da tese da analiticidade, implementada por Quine, questionariam qualquer teoria semântica que postulasse a existência de um *significado essencial*, oculto sob a superfície das palavras e independente de quaisquer fatores extralingüísticos. Para Quine, a inexistência de significados dados *a priori*, inerentes às proposições e, para Wittgenstein, a idéia de o significado emergir dos “jogos de linguagem”, instanciando o *uso concreto* das línguas, instauraram uma nova dimensão nas reflexões filosóficas sobre sentido e referência e tiveram conseqüências importantes em várias esferas dos estudos da linguagem.

Nessa perspectiva, destacamos, em particular, que a chamada *imitatio* (ou “representação”, “tradução”, “adaptação”) das especulações lingüístico-filosóficas gregas – em especial daquelas registradas na *Peri Syntaxeōs* (Περὶ Συντάξεως) de Apolônio Díscolo (séc. II a.C.) e na *Tékhnē Grammatiké*

³ Tradução de Jaime Bruna de: *Vt siluae folii pronos mutantur in annos, prima cadunt; ita uerborum uetus interit aetas, et iuuenum ritu florent modo nata uigentque.* (Hor. *Ep.Pis.* 60-62).

⁴ Refiro-me à primeira obra de Wittgenstein, publicada ainda em vida, o *Tractatus logico-philosophicus*, em relação ao qual há significativas diferenças nos livros posteriores, sobretudo as *Investigações filosóficas*, como veremos adiante.

(τέχνη γραμματική), de Dionísio da Trácia (séc. II a.C.) –, pelas considerações lingüísticas de Prisciano (séc. VI), não apresenta uma identidade semântica em relação ao seu “modelo”.

Consideremos, embora de forma bastante breve e ilustrativa, as “partes do discurso” (*partes orationis*; μέρη λόγου). Nosso intuito não é, certamente, esgotar essa questão antiga, que tem ocupado filósofos e lingüistas desde os primórdios da reflexão sobre a linguagem. Todavia, queremos destacar que, no interior nos textos gramaticais, o objeto de “representação” era a própria língua; portanto, o significado dos conceitos metalingüísticos era um produto inacabado, suscetível de constantes *ressignificações*, inseridas nas circunstâncias particulares do seu *uso*.

4. As *partes orationis* em Prisciano

No livro II, Prisciano destaca que, para Aristóteles e os filósofos dialéticos, as partes da oração reduziam-se a duas: “Portanto, as partes da oração são, segundo os dialéticos, duas: *nomen* e *verbum*, já que, por si mesmas, estas duas tornam a oração plena; as outras partes chamam-se “syncategoremata”, isto é, “significam apenas junto de outras”⁵. (Prisciano, *Inst.* II, 54 *apud* Keil, 1961).

De acordo com Neves (1987), os fatos da gramática foram sempre precedidos por questões filosóficas e, por essa razão, os elementos citados por Prisciano como constituintes das orações tinham uma vinculação filosófica anterior. A discussão que se estabelecia nas *Institutiones* sobre as categorias de *nomen* e *verbum*, por exemplo, parecia não mais levar em conta sua contrapartida filosófica: “alterava-se a finalidade dessa consideração e, conseqüentemente, alterava-se a sua própria natureza” (Neves, 1987: 121). Os conceitos de *nomen* (equivalente ao grego ‘*ónoma*’/ὄνομα) e *verbum* (em grego: ‘*rhêma*’/ῥήμα) adquiriam, no *uso* que lhe conferia o texto gramatical latino, significações certamente diferentes daquelas a que se referiam os filósofos gregos, como Platão (no *Crátilo* e no *Sofista*, por exemplo) e Aristóteles (no *Da Interpretação*). Como afirma ainda a estudiosa, “na maioria das vezes, fatos que os filósofos já tinham depreendido e investigado, dentre o material disponível, ela [a gramática antiga] realiza uma escolha e dá o seu tratamento.” (Neves, 1987: 122).

O “tratamento” que a disciplina gramatical conferiu aos estudos da linguagem que, até então, se encerravam no interior do universo filosófico, e, em particular, o tratamento dado por Prisciano, representam, como queremos mostrar, formas de *ressignificação*, nos termos de Quine e Wittgenstein, e, a esse respeito, observar a classificação das *partes orationis* é especialmente exemplar:

O exame das partes do discurso, porém, é característico do tratamento ontológico e lógico e, assim, é a grande construção da filosofia, no que concerne à linguagem. A gramática, procurando examinar *fatos de língua*, faz a história virada: trata as *partes do discurso* como *classes de palavras*. (Neves, 1987: 122)

A partir da citação supra, poderíamos dizer, em outras palavras, que a abordagem das categorias do discurso enquanto classes de palavras foi uma operação cujo critério modificou drasticamente o significado dos conceitos filosóficos, *ressignificando-os* à luz das preocupações lingüísticas mais concretas: a gramática retoma a formulação oriunda da filosofia e a formaliza em um sistema de classificação que tem como base a materialidade lingüística das palavras, *i.e.* sua morfologia, embora destaque, em teoria, o critério semântico dessa classificação: “As partes da oração não podem, pois, ser diferenciadas entre si a não ser se considerarmos cada uma de suas propriedades de significado”⁶ (*Inst.* II, 55 *apud* Keil, 1961 – grifos nossos).

Como vimos, Wittgenstein postulava o funcionamento da linguagem em seus usos, não cabendo, portanto, indagar sobre os significados intrínsecos às palavras ou proposições, mas sobre suas funções práticas: “a definição ostensiva pode ser interpretada em *cada* caso como tal e diferentemente” (Wittgenstein, 1984: 21). A relação entre ‘nome’ e ‘denominado’ deveria, portanto, ser depreendida no interior do *jogo de linguagem* de que participava.

Ora, o uso que os filósofos gregos conferiam às categorias das “partes do discurso” já estava separado por quase três séculos das discussões gramaticais de Dionísio da Trácia e Apolônio Díscolo, e por quase nove séculos das *Institutiones grammaticae* de Prisciano. Portanto, entender esses conceitos em Prisciano requer que sejam tomados, certamente, em um outro *jogo de linguagem*, assumindo seu significado no

⁵ Tradução nossa de: *Partes igitur orationis sunt secundum dialecticos duae, nomen et verbum, quia hae solae etiam per se coniunctae plenam faciunt orationem, alias autem partes syncategoremata, hoc est consignantia, appellabant.*

⁶ Tradução nossa de: *Igitur non aliter possunt discerni a se partes orationis, nisi uniuscuiusque proprietates significationum attendamus.*

interior de um *framework* bastante complexo, no qual se inseriam não mais as indagações filosóficas dos gregos, mas as discussões de caráter metalingüístico que se faziam havia séculos no âmbito de várias disciplinas ligadas à palavra, tais como a retórica e a poética e, em particular, a gramática, inicialmente em Roma e, então, também na Constantinopla romanizada.

Portanto, diferentemente do “jogo de linguagem” no qual se inseriam as especulações sobre a natureza do conhecimento e da verdade, levadas adiante pelos filósofos estóicos e alexandrinos, a preocupação do gramático na Antigüidade Tardia, na codificação de textos que se apropriavam do mesmo aparato terminológico herdado dos antigos, era motivada por outras demandas intelectuais, que, no caso de Prisciano, parece ter sido o de compor um manual de referência vasto e bastante e sistematicamente organizado que se prestasse à consulta e ao ensino de latim no contexto grego.

Em contraste com a classificação de Dionísio da Trácia, a divisão em oito categorias se mantinha nas *Institutiones grammaticae*, a despeito das divisões em duas, cinco e dez partes implementadas em épocas mais remotas pelos filósofos; mas mesmo entre esses gramáticos havia diferenças significativas. Conforme organiza Almeida (2001: 138), as oito *partes orationis* de Prisciano podem assim ser elencadas, em confronto com sua apresentação na gramática grega:

Dionísio da Trácia (séc. II a.C.)	Prisciano (séc. VI d.C.)
ὄνομα	<i>Nomen</i>
ῥήμα	<i>Verbum</i>
μετοχή	<i>participium</i>
ἄρθρον	-----
ἀντωνυμία	<i>praenomen</i>
πρόθεσις	<i>praepositio</i>
ἐπίρρημα	<i>adverbium</i>
-----	<i>interiectio</i>
συνδεσμός	<i>coniunctio</i>

Como destacamos desse confronto, não há equivalência completa entre o sistema das *partes orationis* estabelecido por Dionísio e a forma como esse sistema foi (re)interpretado por Prisciano. Dois aspectos, por exemplo, ilustram esse confronto desigual: a inexistência de artigos (ἄρθρα) em latim e o destaque conferido às interjeições (*interiectiones*), que, em grego, são incluídas indiferentemente dentro da categoria dos advérbios (ἐπίρρηματα/*adverbia*).

Wittgenstein (1984: 15) ilustra fenômenos como este na seguinte metáfora: “Nossa linguagem pode ser considerada como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas novas e velhas, e casas construídas em diferentes épocas; e tudo isto cercado por uma quantidade de novos subúrbios com ruas retas e regulares e com casas uniformes”. Disso, conclui-se que qualquer organização que se imponha a essa “cidade” será sempre determinada pelo ponto de vista do *uso* que se queira dela fazer.

Em outras palavras, as reflexões sobre a língua grega eram engendradas a partir de um uso que motivava uma atenção especial às partículas determinantes, e não às partículas interjetivas. Para o latim, entretanto, uma nova categoria era engendrada pelo uso diferente que se fazia na metalinguagem latina, ilustrando o fato de que nessa grande metrópole lingüística, como lembra Wittgenstein (1984: 21), “não há nenhuma última casa; pode-se sempre construir mais uma”. Isso quer dizer que as *partes orationis* assumiam no interior da metalinguagem latina funções que eram apenas *semelhantes* àquelas realizadas tanto nos sistemas filosóficos gregos, quanto nas reflexões mais gramaticais, aqui ilustradas pelo sistema de Dionísio.

Concluindo, e reiterando o que dissemos antes, as palavras adquirem funções diferentes de acordo com o *jogo de palavra* de que participam, *i.e.* com o seu uso, “e há semelhanças aqui e ali” (1984: 13). Nesse caso, o das *partes orationis*, talvez mais interessante que observar as *semelhanças*, seja mesmo atentar para as *diferenças*.

5. Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. “Da Gramática de Prisciano à Gramática de João de Barros: As Partes da Oração nas *Institutiones Grammaticae* e na *Gramática da Língua Portuguesa*”. *Revista Portuguesa de Humanidades*, vol. 5, 2001, pp. 135-162.

BARATIN, Marc. “Sur la structure des grammaires antiques” In: DE CLERQ, Jan & DESMET, Piet [edit.] *Florilegium historiographiae linguisticae – Études d’historiographie de la linguistique et de grammaire comparée à la mémoire de Maurice Leroy*. Peeters: Louvain-la-Neuve, 1994.

ARMENGAUD, F. *A Pragmática*. São Paulo: Parábola, 2006.

LAW, Vivien. *History of linguistic thought in the early Middle Ages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins., 1993.

_____. “Late Latin grammars in the Early Middle Ages: a typological history”. In: *Historiographia linguistica XIII: 2/3*. Amsterdam: John Benjamins, 1986, pp. 365-380.

NEVES, M. H. M. *A vertente grega da Gramática Tradicional*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

PEREIRA, M. A. *Quintiliano Gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratória*. São Paulo: Humanitas, 2006.

PRISCIANO. *Institutionum grammaticarum libri XIV, XV & XVI*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*. Leipzig: Georg Olms Verlagsbuchhandlung Hildesheim., 1961 [1865].

RAJAGOPALAN, K. “Quine, Willard van Orman”. In: STRAZNY, P. [Org]. *Encyclopedia of Linguistics*, vol. 2, 2004, pp. 889-891.

ROBINS, R. H. *Ancient & mediaeval grammatical theory in Europe*. Londres: G. Bell & Sons, 1951.

_____. *A short history of Linguistics*. Londres: Longmans, 1967.

_____. *The Byzantine Grammarians – their place in History*. Nova York: Mouton de Gruyter, 1993.

WITTGENSTEIN, L. J. J. *Investigações Filosóficas* [Trad. José Carlos Bruni]. São Paulo: Abril Cultural, 1984.